

A grande oportunidade que não podemos perder

O presidente do conselho de administração do Citicorp é mesmo um homem surpreendente. Primeiro, ele chocou o mundo financeiro internacional com sua decisão de elevar a provisão para devedores duvidosos do Citi para US\$ 5 bilhões. Agora, em outro movimento inesperado no tabuleiro de xadrez em que se converteu o problema da dívida, anunciou a intenção de pôr em prática uma estratégia mais flexível para administrá-lo, na qual se inclui a conversão de parte de seus ativos em investimentos no mercado de ações dos Estados Unidos.

Em entrevista ao influente *The Wall Street Journal*, Reed citou especificamente o interesse do Citicorp pelo mercado de ações brasileiro, onde a instituição já opera diretamente e em associação com outra empresa que administra fundos profissionalmente. Sem dúvida, trata-se de um notícia auspiciosa para a economia brasileira, que já deveria ter iniciado há mais tempo um processo de conversão de parte da dívida externa em investimentos.

Evidentemente, ao pretender trocar papéis garantidos pelo Banco Central brasileiro por ações de companhias abertas, Reed está fazendo algo recomendado pelo bom senso, pois — conforme suas próprias palavras — “o investimento acionário é um ativo melhor hoje no Brasil do que um empréstimo ao Banco Central — onde este empréstimo é de vinte anos e está sujeito à renegociação a critério do tomador, a uma taxa que... parece ser sempre declinante”.

Além do mais, Reed mostrou com clareza que um movimento desse tipo não é apenas algo interessante para os acionistas do Citicorp, pois o governo brasileiro será beneficiado pelo aumento da atividade econômica resultante desses investimentos no País, que fará crescer a arrecadação de impostos. O presidente do Citi acrescentou que a única maneira de reconduzir os países devedores ao mercado é a criação de liquidez para a atual carteira de empréstimos.

Como instituição financeira, o Citicorp não deseja entrar diretamente nas empresas que receberam os seus investimentos, nem permanecer com as ações adquiridas para sempre. Ao contrário, o banco está disposto a negociá-las com terceiros “daqui a dez anos ou em outra data”. Reed menciona uma vantagem do Brasil sobre outros devedores, que é o fato de o País já possuir um mercado de capitais desenvolvido.

A entrevista do banqueiro norte-americano confirma tudo aquilo que temos dito sobre a disposição dos credores, apesar da moratória do dr. Funaro, de cooperarem com os países endividados na busca de alternativas satisfatórias para ambos os lados. Nosso maior credor diz, sem rodeios, que apóia integralmente a iniciativa do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, na medida em que ela propõe “ajustamento orientado para o crescimento em oposição a ajustamento orientado para a recessão”, e dinheiro novo dos bancos para os países endividados. No que diz respeito a este último item, Reed disse taxativamente: “Todos estão dizendo que a iniciativa Baker está morta, que os bancos não mais emprestarão aos países em desenvolvimento, o que é surpreendente para mim, porque os fatos não confirmam isso”.

Para comprovar sua tese, o presidente do Citi lembrou que a comunidade bancária internacional aumentou em 12,9% a sua posição credora no México quando Baker propunha uma expansão de 3% ao ano. Com essa afirmação Reed dá a impressão de defender a idéia de que os bancos privados ainda podem desempenhar um papel importante no fornecimento de novos recursos aos atuais devedores.

Embora esta seja uma questão controversa, não temos qualquer dúvida de que a idéia de converter empréstimos em investimentos no mercado acionário brasileiro é extremamente importante nesse momento difícil para a economia do País, abalada por profunda crise de confiança desde a moratória irresponsável do dr. Funaro. Tão importante que o governo do presidente Sarney deveria aglizar imediatamente os estudos do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários sobre a conversão da dívida em aplicações nas Bolsas, considerando também o efeito-demonstração da proposta do Citicorp sobre outros investidores potenciais na economia brasileira, cuja vitalidade é universalmente reconhecida, não obstante os males do desgoverno e de um nacionalismo ultrapassado que nos fazem regredir na escala dos países considerados atraentes para investimentos.

Dadas as nossas notórias dificuldades nas contas externas, e por todas as razões apontadas por Reed, é urgente uma definição do Banco Central sobre a conversão da dívida em investimento. Trata-se também de uma oportunidade para que o País demonstre o desejo de dialogar com os credores e deixar o caminho aberto para esta e outras soluções que fatalmente se acabarão impondo. Somente assim estaremos falando uma linguagem compreensível, que faça sentido para a comunidade financeira internacional.

É preciso que o governo brasileiro acompanhe as profundas transformações que vêm ocorrendo no mundo das finanças internacionais, deixando de lado a demagogia populista ainda presente no discurso do presidente da República, que ao falar da dívida certamente não se dirige aos banqueiros, mas aos políticos carreiristas que lhe dão apoio. Embora tenha prometido reabrir as negociações com os banqueiros na segunda quinzena deste mês, o chefe da Nação não chega a revelar desancando pela moratória e sequer se preocupa em projetar uma imagem de austeridade. Com que cara o presidente do Banco Central vai pedir novas concessões aos bancos, depois que o presidente da República reafirmou a intenção de construir a ferrovia Norte-Sul e a sua sonhada siderúrgica maranhense (dois projetos orçados em US\$ 6 bilhões, no mínimo)?

Realmente, nossos negociadores correm o risco de serem ridicularizados por representarem um governo alheio à grave crise de nossas contas externas e internas, preocupado apenas em comprar lealdades de políticos indiferentes à sorte da Nação. Com esse tipo de governo, dificilmente o Brasil terá acesso a novos recursos, sobretudo dos bancos privados.

De qualquer forma, tanto os banqueiros quanto os governos dos países industrializados já se convenceram do esgotamento da alternativa do endividamento como mecanismo de financiamento dos países em desenvolvimento. Daí a idéia de um novo Plano Marshall — o governo do Japão anunciou no fim da semana passada novos pormenores do seu plano de investimentos — para fornecer recursos aos projetos essenciais à expansão das economias mais pobres e permitir maior crescimento das trocas internacionais (obviamente um “projeto” como a ferrovia Norte-Sul jamais teria acesso a esses recursos).

Mas não é só. O fato de o Brasil ter ultrapassado os limites razoáveis para o seu endividamento (que se define pela capacidade de servir a dívida) deveria levar o governo a criar condições políticas e econômicas estáveis, além da adoção de um conjunto de medidas para permitir e estimular o ingresso de um volume maior de investimentos estrangeiros em nossa economia.

A intenção do Citicorp é a primeira oportunidade concreta para que o governo Sarney demonstre o seu apreço pelo capital externo. Será um teste decisivo.